

O ressoar dos tambores da Ditadura Militar-Civil no Brasil: As torturas, as perseguições contra Dom Hélder Câmara e o assassinato do Padre Henrique

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.018-038>

Élcia de Torres Bandeira

Mestra em História

UFRPE

RECIFE-PE

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

RESUMO

Nada parece mais absurdo do que o ressoar retumbante dos gritos de dor perante o arsenal bélico que se utiliza frequentemente como silenciador dos fatos e dos argumentos contrários que se erguem no sentido da conscientização e da mobilização social pelo bem estar de todos indistintamente às margens do Ipiranga, do Capibaribe, do Beberibe ou ainda do Rio Jordão. Lembrar e repudiar as torturas, o assassinato do Padre Henrique e os atentados e perseguições contra Dom Hélder Câmara em Recife é mister para a compreensão da religiosidade popular no Brasil e dos caminhos tortuosos que percorreu a Igreja Católica durante a ditadura militar-civil no país. Sob o ritmo alucinante do batuque dos militares, corpos humanos tornaram-se tambores a emitirem sons desafinados. A impunidade dos crimes e as representações simbólicas a eles associadas demandam reflexão e denúncia. Calar torna-se também um crime pela inércia da cumplicidade. À História e à Justiça cabem a averiguação dos fatos.

Palavras-chave: Torturas, D. Hélder, Pe. Henrique.



1 INTRODUÇÃO

Em se tratando da luta pela bandeira dos direitos humanos, vozes ecoaram no silêncio durante os longos anos de repressão política entre 1964 e 1985. Do meio da multidão de fiéis católicos do Recife, levantaram-se dois clérigos: Dom Hélder Câmara e Padre Henrique acenando em sinal de paz e harmonia entre os homens de má vontade que se diziam representantes da lei e da ordem no país. Lei imposta pela força das armas e ordem mantida à custa do sangue derramado. Sangue que o Cristo ensinara a não derramar; lições concretas de solidariedade e amor combatidas e banidas pela miséria humana que se configura com o passar dos séculos em espaços sociais e tempos políticos diferenciados, porém marcadas pela mesma reação adversa dos que não semearam e não colheram as sementes deixadas pelo Cristo.

Nada parece mais absurdo do que o ressoar retumbante dos gritos de dor perante o arsenal bélico que se utiliza frequentemente como silenciador dos fatos e dos contra-argumentos que se erguem no sentido da conscientização e da mobilização social pelo bem-estar de todos e de todas, indistintamente, às margens do Ipiranga, do Capibaribe, do Beberibe ou ainda do Rio Jordão. Lembrar e repudiar as práticas de torturas, o assassinato do Padre Henrique e os atentados e perseguições contra Dom Hélder Câmara é mister para a compreensão da religiosidade popular no Brasil e dos caminhos tortuosos que percorreu a Igreja Católica durante a ditadura militar-civil no país.

2 A HISTÓRIA

Corria o ano de 1964 no Brasil. A crise do modelo populista evidenciara-se claramente durante o governo João Goulart; o Presidente, isolado politicamente pela direita, indignada com o avanço da participação social no país, cujos representantes temiam pela propriedade privada, especialmente ameaçada pelo avanço das mobilizações e lutas sociais pelo Brasil que já atingiam o campo, declara, finalmente, seu apoio às reivindicações populares e ratifica a articulação dos opositores do governo que promoveram o golpe de 1964.

O clima político tornara insustentável o governo que, mesmo apoiado pelas esquerdas, já não tinha forças para resistir ao golpe articulado em surdina, nos bastidores, envolvendo muitos dos principais atores desta peça que a maioria da população brasileira não chegou a ver; foi encenada apenas para os escolhidos pela direita, dignos de confiança para sustentarem a farsa da democracia após o golpe militar-civil de 1964. A linha marginal estabelecera-se na configuração favorável às reformas de base que o Presidente João Goulart assumira no início da fase presidencialista do seu mandato e tornara público enfaticamente no comício da Central do Brasil em 13 de março daquele ano.

As reformas pretendidas atingiam a cidade e o campo. A reforma agrária movimentava os trabalhadores rurais, especialmente do Nordeste, herdeiro sobremaneira da herança do latifúndio monocultor e da expropriação fundiária subjacente ao modelo econômico agroexportador



remanescente. As ligas camponesas exigiam uma ação governamental eficiente e imediata que garantisse o acesso a terra, o que levantava a velha polêmica sobre direitos e usufrutos no país. Este tema, abordado nas alas progressistas da Igreja Católica, muitas vezes, articulava clérigos e população de baixa renda em uma teia de ideais e lutas sociais das mais diversas correntes políticas. Embora a Igreja, como instituição, em seus mais altos escalões, tenha apoiado a deposição de João Goulart, determinados grupos dentro dela projetavam a ampliação da participação popular e defendiam a abertura política, engajando-se de uma forma ou de outra à resistência ao regime militar.

Bispos, como Dom Hélder Câmara, já se sobressaíam na luta pelos direitos humanos e pela justiça social, compromissos assumidos pelo Concílio Vaticano II. Suas propostas pareciam arrojadas e distanciadas da prática e dos discursos católicos pronunciados pela grande maioria da Igreja; sob suspeita esteve Dom Hélder e seus auxiliares como o Pe. Antonio Henrique Pereira da Silva Neto ao longo da ditadura militar-civil no Brasil.

3 DOM HÉLDER CÂMARA

O Ceará foi o berço de Hélder Pessoa Câmara em 07 de fevereiro de 1909 na cidade de Fortaleza. Sua vida, desde cedo, esteve permeada das desgraças sociais que atingiram até mesmo seu núcleo familiar: dos seus doze irmãos, cinco morreram com difteria em vinte e nove dias (CIRANO, 2004, p.6). Filho do guarda-livros e jornalista João Eduardo Torres Câmara Filho e da professora Adelaide Rodrigues Fonseca, estes acontecimentos trágicos, desde a sua infância, podem ter contribuído sobremaneira para aproximá-lo dos problemas sociais que vivenciava a população de baixa renda do Nordeste. Fome, seca, doenças e falta de atendimento médico eram apenas alguns dos indicadores da falta de uma ação eficaz por parte dos governos que se sucediam no país sem estabelecer um compromisso público com o bem-estar social.

Ao ordenar-se padre, suas trajetórias religiosa e política estavam apenas começando. Ao longo de sua vida, passou pelo Integralismo e ocupou vários cargos políticos como o cargo equivalente, hoje, ao de secretário da Educação no Ceará no governo de Francisco Menezes Pimentel em 1934. Considerou, anos depois, sua passagem pelo Integralismo como um pecado de juventude, ao qual ele se refere dizendo:

Ordenei-me aos 22 anos, em 1931. Pouco tempo depois, Plínio Salgado começava a escrever num jornal de São Paulo, chamado *Ação*. No Ceará, líamos aqueles artigos com certa avidez. Devo muito ao meu seminário. Devo muito, mas por isso mesmo me sinto à vontade para dizer que, do ponto de vista social, saí pouco aparelhado. O aspecto social não era o forte dos meus mestres. Tanto assim que a nossa visão era a de que o mundo se dividiria, cada vez mais, entre direita e esquerda, entre capitalismo e comunismo. Então, quando surgiu a Ação Integralista Brasileira, que era, de fato, o fascismo brasileiro, eu estava tão convicto de que o mundo, realmente, partiria para esse embate, para essa divisão, que consultei meu bispo, ao ser convidado para ingressar no movimento. O Arcebispo de Fortaleza julgou que seria interessante e oportuno que entrasse, porque- dizia ele- ao menos você estará com os jovens, com os trabalhadores e, se aquilo tomar um rumo errado demais, você pula fora, com o pessoal. (Entrevista ao Jornal do Brasil, RJ, 24/04/1977 apud CIRANO, 2004, p.8).

Em 1936, assumiu o cargo de assistente técnico no Secretariado de Educação do Distrito Federal, então situado no Rio de Janeiro, quando abandonou o Integralismo. Foi bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, onde se dedicou ao amparo dos menos favorecidos, o que marcaria sua obra pastoral em todo o Brasil.

Além de criador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi seu secretário-geral no período de 1952 a 1964, secretário de ação social (1964/1968) e presidente da comissão de migração. Em 1955, foi criada a CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, dela participando como delegado do Brasil e vice-presidente em 1958/60 e em 1964.

Devido a divergências com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, terminou assumindo a arquidiocese de Olinda e Recife em 1964, poucos dias antes do golpe, a qual dirigiria até se aposentar em 1985. Seu trabalho foi reconhecido no mundo inteiro a favor dos direitos humanos e da justiça social, tendo sido indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Personificava um dos mais atuantes líderes da ala progressista da Igreja: foi barbaramente perseguido e reprimido, sofreu atentados a bomba e o seu assistente, o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto foi cruelmente assassinado sob tortura durante a ditadura militar-civil no Brasil.

4 PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO E AS TORTURAS DA DITADURA

A sonoridade dos gritos pela abertura foi silenciada. Sob o ritmo alucinante do batuque dos militares, corpos humanos tornaram-se tambores a emitirem sons desafinados. Quem dera o público pudesse, ao menos, ouvi-los... Os sons ensurdecedores dos gritos disciplinares da turba militar sobrepunham-se aos protestos, choro dos familiares e gritos de dor pungente dos dilacerados pelas armas da ditadura. A eletricidade dos choques gerava traumas psicológicos insuportáveis aos sobreviventes e levaram os tambores a silenciarem profundamente no ritmo da marcha fúnebre, acompanhada pelas marchas militares e pelas marchas da reação dos que protestavam e enchiam as ruas, antes do Ato Institucional número 5 ceifar o pouco de liberdade que ainda subsistia.

Havia em Recife um padre. Seu nome foi inscrito no livro dos mortos, não aquele livro dos mortos dos antigos egípcios, mas o dos mortos pelo regime militar no Brasil: Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Somava-se apenas aos mortos anônimos e aos que gozaram, na vida após a morte, de alguma identidade. Estes últimos foram recolhidos como restos mortais ou reconhecidos como acidentes de percurso no curso tortuoso do rio da violência que se alastrou como praga pelo país. Como muitos, trilhara o caminho sem volta dos torturados e assassinados cruelmente pelos militares no exercício dos desmandos do abuso do arbítrio, arbítrio que nem todos podiam ter. Uns e outras deveriam obedecer ritualisticamente em posição perpétua de reverência aos donos do poder; outros recebiam as reverências dos que se curvavam voluntariamente ou forçavam a curvatura de tantos outros



e de tantas outras que teimavam em não se curvar, como aquele brinquedo – o boneco teimoso que, por mais que empurrado chegue ao chão, sempre volta a se erguer para a posição inicial. Lembro-me deste brinquedo nos idos longínquos da minha infância... Mas a infância passou e a inocência dos primeiros anos foi roubada. Vida não é brinquedo! É o que de mais importante se pode ter para ao menos se poder lutar para se conquistar a felicidade que só existe onde existe amor e liberdade.

Atirei o pau no gato to to
Mas o gato to to não morreu reu reu
Dona Chica ca ca admirou-se se se
Do berro, do berro que o gato deu...
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d).

Paralelamente à inocência das crianças que brincavam na sua infância nas décadas de 1960 e de 1970, a maturidade de jovens e adultos por vezes transformava inocentes brincadeiras, como o jogo de bolas de gude, em armas de defesa contra os militares e a cavalaria nas passeatas de protestos e manifestações a favor da democracia, quando os manifestantes contrários ao golpe de 1964 atiravam bolas de gude ao chão para derrubar os cavalos e os cavaleiros e se livrarem da perseguição, dos espancamentos, das prisões e torturas nas delegacias e no submundo dos porões dos DOI-CODI. As bolas de gude eram apreendidas como provas e armas utilizadas no suposto crime de atentado à ordem social vigente. “Em geral cada família se tranca em seu apartamento e não faz questão nenhuma de conhecer os vizinhos e manter relação com eles...As crianças e os jovens é que não raro vão se encontrando, vão se conhecendo, vão brincando juntos...” (CÂMARA, apud CENDHEC, jornal Cidade sem Violência, Julho de 2009, p. 1)

Bola de Meia, Bola de Gude
Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão

Há um passado no meu presente
Um sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão

E me fala de coisas bonitas
Que eu acredito
Que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito
Caráter, bondade, alegria e amor
Pois não posso
Não devo
Não quero
Viver como toda essa gente
Insiste em viver
E não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal



Bola de meia, bola de gude
O solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me alcança
O menino me dá a mão

Há um menino
Há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto fraqueja
Ele vem pra me dar a mão
(NASCIMENTO; BRANT, 1995)

Mas os anos passaram... E a infância foi-se, trazendo a maturidade da historiadora que teima em não se curvar silenciosamente aos desmandos que transpassaram minha infância e adolescência dos três aos vinte e quatro anos. E me vejo hoje como testemunha cega dos acontecimentos que só tomei conhecimento anos depois. Hoje, como professora de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, analiso estarrecida os símbolos da ditadura: corpo dilacerado sob tortura encontrado em um matagal da Cidade Universitária. Um padre, uma vida. Morreu o padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara...

Na madrugada de 26 de maio de 1969, o padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto foi sequestrado e morto sob violenta tortura. Há provas da participação do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), mas os responsáveis continuam impunes. Rogério Matos do Nascimento, estudante na época de economia, foi preso como único suspeito em 20 de Junho de 1969 e posteriormente solto em 1973. Ele se declarava inocente e passou depois a acusar como responsáveis pelo crime o agente Henrique Pereira, policial civil da Secretaria de Segurança Pública, conhecido como X-9 e reconhecido por ser um dos torturadores do regime militar, e Raimundo Ferreira que ficou renomado depois como o major Ferreira.¹ O crime foi associado a usuários de drogas para desvinculá-lo da categoria de crime político. Tinha 28 anos de idade e atuava como dirigente da Pastoral da Juventude e dava expediente no Juventato Dom Vital que foi metralhado como forma de ameaça e intimidação.

Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal existente na Cidade Universitária do Recife, pendurado de cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos profundos produzidos por arma de fogo. (ARAÚJO et al, 1995, p.56).

O corpo - prova do delito incontestável. Este corpo não quiseram esconder. Era para ser visto. O choque traumático planejado para alunos e clérigos também sinalizaria vermelho para a população em geral. Vermelho do sinal que pára o trânsito e ordena o fim do movimento; vermelho do sangue que escorrera livremente, sem escrúpulos ou limites. Não havia limites para uns. Deveria haver para

¹ Ver dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE de CUNHA, Diego Antonio Carneiro da. Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Henrique Pereira da Silva Neto. Dissertação de História UFPE, 2007 Disponível em: https://attenu.ufpe.br/bitstream/123456789/7465/1/arquivo3388_1.pdf, p. 144.



outros e outras. O corpo, que também simbolizaria o corpo da resistência aos desmandos da ditadura. O corpo do sujeito histórico individual que representava o corpo do sujeito histórico coletivo que deveria também ser parado no sinal vermelho do campo verde... Campo onde bem próximo se erguia um *Campus* universitário frequentado por alunos inquietos, inconvenientes, renitentes e pelos verdes depois do golpe de 1964. Entre os vermelhos e os verdes poderia haver os amarelos... Amarelos pelas verminoses do sertão ou do agreste nas ligas camponesas ou nas ligas urbanas nas quais a insalubridade das precárias moradias gerava o amarelão; todas as ligas sob o sol amarelo da energia ou da carência dela. Esta poderia advir dos choques da pimentinha ou mesmo do amarelo da bandeira, lembrado naqueles momentos gloriosos de hasteamento, que deveria representar verdes, amarelos, azuis, vermelhos, enfim, a toda a constelação de cores e estrelas do Brasil. Ou ainda poderia representar os que “amarelaram” sob o peso da repressão e silenciaram por medo quando os tambores foram calados.

Marcha, soldado.
Cabeça de papel.
Quem não marchar direito,
Vai preso pro quartel.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

A marcha continuava na cadência. Os “cabeças de papel” continuavam marchando conforme a banda militar prosseguia afinando os desafinados. Os que não marchavam a marcha certa, poderiam, certamente, ir presos pro quartel...

O quartel pegou fogo,
A polícia deu sinal,
Acode, acode, acode
A bandeira nacional.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

Os que tentavam acudir a bandeira, às vezes, também disparavam fogo contra os quartéis ou mesmo contra os verdes, sem atenderem também aos sinais de paz e de cuidado com o perigo que a fumaça inspirava...Atentados, assaltos a bancos, sequestros foram utilizados pela extrema esquerda como estratégias de guerrilha para o enfrentamento da ditadura. Várias organizações de esquerda aderiram à luta armada. Não havia como lembrar, no meio dos gritos e de armas disparando, os acenos de paz e amor do Cristo, de Dom Hélder Câmara ou mesmo do Pe. Henrique ou ainda dos índios, nossos ancestrais, que usavam a fumaça como meio de comunicação. A violência era entendida, o diálogo, não. Eram línguas diferentes em uma grande Torre de Babel. E a historiadora, como Torres Bandeira, tentou entender as múltiplas linguagens faladas, escritas ou mesmo silenciadas nestas Torres de Babel. Mas, como as torres gêmeas do *World Trade Center*, despencou no vazio das explosões e ainda tenta levantar a bandeira da paz e do amor entre os homens e as mulheres de má vontade.

Caminhando
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não.
Nas escolas, nas ruas, campos, construções,
Caminhando e cantando e seguindo a canção.
(VANDRÉ, 1968).

Explodia o ano de 1968 que, segundo Zuenir Ventura (1988), não terminou. Diversos cordões eram puxados nas ruas expressando as vontades múltiplas em direção ao final da ditadura. Porém o cordão do isolamento e do enforcamento, representado pelo Ato Institucional Número 5, silenciou a população e separou os golpistas da democracia, criando uma ligação mais forte com a violência e com a linha da tortura que separava os vivos dos mortos. Alguns que sobreviveram à tortura física, não sobreviveram por muito tempo à tortura psicológica que se reproduz mentalmente, mesmo quando cessam os mecanismos e instrumentos que a originaram, como aconteceu com torturados que, mesmo tendo sido posteriormente exilados, terminaram buscando alívio no suicídio. O silêncio final. Não ouviriam mais o ressoar dos gritos, dos insultos, não se lembrariam das dores e dos sofrimentos intermináveis que tiveram que suportar sob o batuque da ditadura militar-civil no Brasil. Assim aconteceu com o frei Tito.

É importante lembrar que as sequelas deixadas não se restringem apenas aos mortos e desaparecidos políticos; elas são incontáveis, e encontram-se também na categoria dos mutilados de alma, aqueles em que a ação do “poder soberano” deixou cicatrizes profundas. Sobretudo de natureza psicológica, mais difíceis de curar. Elas pertencem ao domínio das marcas inesquecíveis e sombrias, na medida em que acompanham suas vítimas de forma inexorável, como que lembrando permanentemente que o poder soberano atua, penetra, disciplina, molda e aprisiona corpo e alma, produzindo efeitos, atingindo não só os presos políticos, mas também seus familiares. (SILVA, 2014, p. 291)

As torturas contra clérigos, que foram incriminados de darem cobertura a Marighela, são lembradas pesadamente. O desrespeito à batina e ao seu significado para os católicos perdia de longe para o desrespeito a seres humanos ali materializados em freis dedicados à defesa dos direitos humanos. Segundo Percival de Souza, os freis Tito de Alencar Lima, João Antônio Caldas Valença e Giorgio Calegari foram submetidos, após a prisão, a intenso interrogatório e sessões de torturas. Debochando dos rituais católicos, o delegado Raul Pudim Ferreira, mais conhecido como Pudim, abriu o interrogatório vestido com uma batina de dominicano, dizendo:

-Caríssimos irmãos, agora vocês vão confessar comigo...
O verbo *confessar*, pronunciado com ironia pouco sutil, tinha um segundo sentido. Não confessar para obter o perdão pelos pecados cometidos, mas confessar tudo para o inquisidor do Dops.[...]
-Caríssimos irmãos, recordando o batismo do senhor nas águas do Jordão, renovemos as promessas do nosso batismo, pelas quais já renunciamos a satanás e às suas obras, e prometemos servir a Deus e à Igreja Católica. (SOUZA, 2000, p.213)

Depois de aspergir água como em um ritual de purificação profano e divertir-se com sua encenação preparatória, chamou os policiais que iriam proceder à próxima etapa, “saindo da fase psicológica para a que os policiais chamavam sadicamente de *paulígrafo* (forma de arrancar confissões mediante tortura, no *pau*), entregou ao cuidado deles aquelas “ovelhas negras”, desviadas do rebanho”. (SOUZA, 2000, p. 215).

Preso em 1968, acusado de alugar o sítio de Ibiúna para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), Frei Tito foi preso novamente em 1969 com outros frades acusados de manterem ligações com a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Carlos Marighela.

Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Transferido depois para o presídio Tiradentes, onde permaneceu até 17 de dezembro. Nesse dia foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP), quando o capitão Maurício Lopes Lima, disse-lhe: “agora você vai conhecer a sucursal do inferno”. E foi o que ocorreu. Torturado durante dois dias, pendurado no pau-de-arara, recebendo choques elétricos na cabeça, órgãos genitais, nos pés, mãos, ouvidos, com socos, pauladas, “telefones”, palmatórias, “corredor polonês”, “cadeira do dragão”, queimaduras com cigarros, tudo acompanhado de ameaças e insultos. A certa altura, o Capitão Albernaz ordenou-lhe que abrisse a boca para receber a hóstia sagrada, introduzindo-lhe um fio elétrico que queimou-lhe a boca a ponto de impedi-lo de falar. (ARAÚJO et al., 1995, p. 250).

O batismo de sangue era procedimento de costume. Informações deveriam ser arrancadas mesmo de quem não as tinha para dar. Caso não fossem arrancadas as pretendidas informações, poderiam ter sido já arrancados os dentes, as unhas, os cabelos, e com certeza, a dignidade humana nos interrogatórios desumanos para os quais agentes norte-americanos foram professores na técnica da extorsão de informação. O Brasil aprendeu tão bem a lição que passou a exportar a mercadoria tortura em forma de treinamentos para a América Central.

Pai Francisco entrou na roda
Tocando seu violão.
Vem de lá seu delegado
Que pai Francisco saiu da prisão.

Como ele vem se requebrando,
Parece um boneco desengonçado.
Como ele vem se requebrando,
Parece um boneco desengonçado.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

Quantos “pais Francisco” entraram e conseguiram sair das prisões durante a ditadura militar-civil no Brasil? Quantos não levaram consigo os requebros do corpo alquebrado pelas pancadas, pelos maus tratos, as seqüelas como herança de um período histórico marcado pela violência e pelos desmandos? Quantos delegados não abusaram do poder que lhes conferiam o cargo e a lei para desrespeitarem os direitos humanos como Fleury e Pudim?

(...) Que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de “geladeira” que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo

cerca de 2 metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que, no teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima; que, ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de Fábrica; (...) (Gildásio Westin Cosenza, 28 anos, radiotécnico, Rio; auto de qualificação e interrogatório, 1975: BNM 684, V. 39^a, p.24 a 33 apud Arquidiocese de São Paulo, 1985, p.38).

O uso e o abuso de sons e de música embalaram dos sonhos infantis aos pesadelos das torturas na “geladeira” ou nos campos de concentração nazistas, quando os judeus e demais vítimas de exclusão social foram obrigados a tocarem músicas clássicas enquanto familiares, amigos e demais condenados eram supliciados nas câmaras de gás, para escamotearem as atividades de extermínio promovidas na solução final aplicada pelos seguidores de Hitler. Enquanto as comissões internacionais eram enganadas pela falsa cultura ali cultuada nos campos de extermínio, as câmaras de gás funcionavam livremente, sem nenhuma interdição. E ainda existem os que insistem em tentar esconder o massacre de milhares de pessoas vítimas de regimes totalitários como aconteceu no Brasil!

O peão entrou na roda, o peão
O peão entrou na roda, o peão
Roda peão, bambeia peão.
Roda peão, bambeia peão.
(Cantiga de roda, autor desconhecido, s/d.).

As brincadeiras de roda, tão inocentes para as crianças, também foram codificadas como técnicas de tortura. Por que a ligação de pai Francisco com o violão, a roda, o delegado e a prisão? A vigilância sobre a cultura popular sempre foi referenciada no Brasil em espaços e tempos diversos; o violão e a brincadeira eram sinônimos do ócio e o ócio era associado ao perigo das festas, das bebidas, da desordem do modelo civilizador de sociedade disciplinada pelo trabalho dentro dos interesses das elites e das relações de poder estabelecidas. Estas rodas de samba ou de simples cantorias podiam varar noites e incomodar o silêncio e a ordem pública dos trabalhadores ou mesmo gerar explosões de alegrias contidas durante os momentos de trabalho, quando então o ócio e o lazer se aproximavam para gerar um ambiente festivo dentro de vidas muitas vezes vividas de forma amarga, longe destes fugazes momentos que a repressão policial teimava em mutilar.

Os agentes de Viana eram implacáveis e truculentos. O mais famoso deles foi o major Miguel Nunes Vidigal. Segundo comandante da nova Guarda Real, Vidigal tornou-se o terror da malandragem carioca. Ficava à espreita nas esquinas ou aparecia de repente nas rodas de capoeira ou nos batuques em que os escravos se confraternizavam bebendo cachaça até tarde da noite. Sem se importar com qualquer procedimento legal, mandava que seus soldados prendessem e espancassem todo o delinqüente ou apenas um cidadão comum que estivesse se divertindo. (GOMES, 2008, p. 234)

Cenas como esta, que podiam ser presenciadas nas ruas do Rio de Janeiro no século XIX, apontam para as raízes históricas de procedimentos autoritários no Brasil sobre o lazer e as rodas de samba ou de capoeira.



Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 1987, p. 118.)

Evidencia-se, assim, que tais iniciativas não se constituíram em inovações para manter a “ordem social” e garantir os interesses das elites que se sentiam ameaçadas. Interessante é fazer a articulação com os limites impostos à cidadania transpostos para o século XX, quando a tortura, sobre o cidadão ou a cidadã, tornou-se estratégia de investigação e de controle social sob o batuque dos militares. Embora, em geral, perceba-se a supressão dos espetáculos públicos de suplício, como aponta Foucault, o cerimonial punitivo passou a ser ato administrativo, podendo ser realizado em recinto privado (1987. p. 12). Nem sempre, porém, estas práticas de subordinação e controle sobre o corpo e a mente do cidadão ou da cidadã eram ocultas da população em geral, como exemplifica o caso do padre Henrique no Recife. Expuseram o corpo mutilado com o intuito de estabelecer um sinal para parar o movimento da resistência de tantos e de tantas que, como ele e Dom Hélder Câmara, reagiram aos arbítrios do regime militar, embora o ritual de suplício tenha sido executado em surdina, na calada da noite, para não haver testemunhas que denunciasses a violência explícita subjacente ao modelo de controle social estabelecido.

Canto das Três Raças

E ecoa noite e dia:
És o vencedor.
Ai, mas que agonia,
O canto do trabalhador.

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como soluçar de dor.
(PINHEIRO; DUARTE, 1976).

Marcília Gama da Silva aponta a relevância do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco na repressão e controle social através da tortura em Pernambuco:

Os labirintos do medo e do terror, da censura e repressão, personificados nas ações de perseguição, invasão de domicílio, imputação de calúnias, ameaças, intimidações, delações, chantagens, prisões, sequestros, castigos e toda a sorte de violações/imolações desenvolvidas nas salas de tortura e fora delas fazem parte do triste período vivenciado pela sociedade brasileira. [...] O Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco foi parte integrante fundamental da rede de informações e segurança durante o regime militar, sendo considerado pelos presos políticos como a oficina do terror. (SILVA, 2014, p. 290)

Os torturadores da ditadura militar-civil no Brasil foram extremamente criativos em associar a brincadeira de roda com a tortura. Entrar na roda poderia significar desde o espancamento ao estupro



coletivo e ferimentos em instrumentos pontiagudos perfurantes quando o/a suspeito/a era girado/a e empurrado/a de um a outro investigador, geralmente despido/a para garantir sua humilhação e despojamento do amor próprio. Em muitas canções, do período da ditadura militar-civil, se recorre à codificação da “rosa” ou “roseira”, que pode representar o estupro, e o vermelho do sangue, as rosas. O próprio “defloramento” é uma terminologia já há muito empregada para designar o estupro.

Encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito. É uma arte das energias que se combatem, arte das imagens que se associam, fabricação de ligações estáveis que desafiem o tempo. Importa constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 87).

Primeiramente, cabe ressaltar que as representações sobre a conceituação do que é crime e as relativas sanções impostas existem historicamente dentro de balizas temporais e espaciais. Defender direitos humanos passou a ser crime durante a ditadura militar-civil no Brasil. O próprio Dom Hélder sofreu tentativas de assassinato e ameaças de morte; não podendo atingi-lo sem manchar a imagem da complexa engrenagem de poder, já que se tratava de um cidadão reconhecido internacionalmente, o alvo principal tornou-se seu auxiliar, o Pe. Henrique. Atingiam, assim, os dois ao mesmo tempo.

Essas relações de poder exigiam consenso por parte dos gestores e de boa parcela da população. Segundo Bourdieu (2000, p.7-8), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Como representações necessárias, no intuito de garantir o bem-estar social e a democracia, as intervenções violentas apareciam cotidianamente, embora não se tivesse acesso ao corpo do delito, às provas ou simples calúnias apresentadas nos bastidores para garantirem a execução da penalidade sancionada para os grupos de resistência ao regime militar no Brasil. O que passava para a mídia era filtrado pela censura e os que denunciavam as práticas de tortura, ou tinham alguma ligação familiar, profissional ou mesmo afetiva com os indiciados, estavam no foco da suspeição como marginais em potencial.

No caso do Pe. Henrique, sua família sofreu prisões e perseguições demonstrando o perigo que representava possuir qualquer vestígio de senso crítico, de autonomia para pensar ou agir dentro de um regime sustentado pela força e consolidado pelas representações de consenso aos procedimentos aplicados, aceitas por segmentos sociais que apoiaram o golpe militar-civil em 1964. O corpo social precisava ser também disciplinado para ser dócil e útil aos desmandos dos militares no Brasil e para isto se usava de violência contra o corpo do sujeito histórico individual. Assim, se estabeleceria o controle sobre o efetivo das tropas sociais, do sujeito coletivo ali representado.

A tortura pressiona a confissão e triunfa em toda a sua funcionalidade quando submete a vítima. Essa é a hipérbole virtuosa do torturador. Assemelha-se ao ato cirúrgico, extraindo da vítima algo maligno que ela não expeliria sem agressão. (GASPARI, 2002, p. 38)



Contudo, o ex-ministro do governo militar, o coronel reformado Jarbas Passarinho, em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio* e publicada em 31 de março de 2004, quando questionado se houve excessos nos métodos utilizados pelos militares para assegurar a ordem afirma:

Em pleno governo Médici, eu respondi a uma pergunta na TV se havia tortura no Brasil. Disse que sim, mas que não se tratava de política de Governo, e sim de deformações pessoais. (PASSARINHO, 2004, p. 6)

Ainda na mesma entrevista, questionado sobre sua opinião na reunião de 13 de dezembro de 1968 convocada pelo Presidente Costa e Silva, ele declarou:

Na reunião do Conselho de Segurança – de que faziam parte os ministros – o presidente Costa e Silva, depois de ouvir o vice-presidente Pedro Aleixo, favorável à decretação do estado de sítio, pediu nossos votos. Elogiei o pronunciamento do vice-presidente, mas votei pelo AI-5, dizendo: “A Vossa Excelência, Senhor presidente, como a mim, repugna enveredar pelo caminho da ditadura, mas se não tenho alternativa, às favas meus escrúpulos de consciência”. Antes da reunião, o ministro da justiça disse que o estado de sítio não resolvia o que pediam os ministros militares, porque mantinha o habeas corpus. (PASSARINHO, 2004, p. 6)

Esta postura autoritária volta a assombrar o Brasil no governo Bolsonaro em pleno século XXI, colocando em exposição a fragilidade do estado de direito que conseguimos construir após a ditadura militar-civil no Brasil que expôs nossas feridas entre 1964 e 1985. Movimentos de extrema direita como o movimento dos 300 ameaçam ceifar os direitos humanos e a harmonia e independência dos três poderes que, segundo o iluminista Montesquieu, devem sustentar o estado. Há uma hipertrofia do Executivo Federal que procura se sobrepor e ameaça fechar os poderes Legislativo e o Judiciário especialmente, configurando frequentes atentados ao Supremo Tribunal Federal. O então presidente da república e alguns de seus representantes na esfera ministerial desconhecem os parâmetros democráticos já estabelecidos pela Constituição de 1988 que o ex-presidente Jair Bolsonaro se comprometeu publicamente a defender na sua posse. Desavenças políticas entre as esferas federal e as estaduais e municipais apareceram como sintomas de uma grave enfermidade que atingiu o estado brasileiro em tempos de pandemia do novo coronavírus, também chamado Covid-19, por ter sido diagnosticado em fins de 2019.

Refletindo sobre as sociedades do Antigo Regime, quando são encontradas expressões de absolutismo vinculadas à forma de governo monárquica, Chartier (2002, p. 75) esclarece:

A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta.

Foucault (2006, p.14) analisando a ordem do discurso afirma que:



Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

Ousando fazer uma ponte entre regimes absolutistas em Estados monárquicos e regimes ditatoriais em Estados republicanos, a apropriação destas representações, manipuladas pelos mecanismos de poder vigentes permite constatar a atemporalidade de procedimentos autoritários de governos que se estabelecem em nome da maioria, mas descumram suas próprias bases reais de sustentação social, atendendo a princípios de força e de representações impostas para garantir o poder adquirido.

A propaganda midiática transformou-se em um quarto poder que se usa frequentemente para divulgar as chamadas “fake news”, notícias falsas que emergem em processos judiciais como ferramentas de crimes cibernéticos. Formar a opinião pública parece rápido e fácil por intermédio da internet e dos canais midiáticos que ela proporciona. Romper espaços e tempos através de atividades remotas parece nos realizar do ponto de vista da sociabilidade e da comunicação intermediada pela “web”. A tecnologia desconstrói fronteiras e cria redes sociais que podem prestar relevantes serviços. Porém desinformar a população com calúnias, agressões descabidas e notícias falaciosas resultam em crimes que devem ser punidos pelos rigores da lei. A consciência do ser brasileiro ou brasileira demanda respeito às diferenças e atitudes responsáveis que garantam a democracia e a solidariedade tendo em vista o bem-estar social.

Burke (1992, p. 24), enveredando pela missão árdua de explicar a tecitura da nova escrita da História, observou que:

Visto de seu interior, o cotidiano parece eterno. O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo.

Analisando a produção historiográfica sobre o Golpe de 1964, Carlos Fico aponta problemas cruciais que se refletiram na articulação e na implantação da ditadura no Brasil:

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipês, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. Que uma tal conjunção de fatores adversos- esperamos todos- jamais se repita. (FICO, 2004, p.56)



Este sistema de exclusão, configurado no Brasil sob a forma constrangedora de uma ditadura militar-civil entre 1964 e 1985, rompeu os limites da cidadania e dos direitos humanos criando suas próprias normas de conduta, impostas como legítimas, e fez ressoar os tambores da denúncia quando os arquivos secretos começaram a ser abertos e se buscou novamente o caminho da redemocratização. Este é um processo que ainda está em construção nas relações de poder que emergem no cotidiano do século XXI. A impunidade dos crimes e as representações simbólicas a eles associadas demandam reflexão e denúncia. Calar torna-se também um crime pela inércia da cumplicidade. À História e à Justiça cabem a averiguação dos fatos.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria do Amparo de Almeida et al (comissão responsável). Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Prefácio de Dom Evaristo Arns e apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de Estadual Paulista, 1992.

CÂMARA, Hélder, A cidade muda. In: Um olhar sobre a cidade, apud CENDHEC, jornal Cidade sem Violência, julho de 2009.

CANTIGAS DE RODAS, cancioneiro popular brasileiro, autores e anos desconhecidos.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CIRANO, Marcos. O dom da esperança. Revista Continente Documento. Dom Hélder o pastor da liberdade. Ano III, nº. 25/2004, p. 4-8.

CUNHA, Diego Antonio Carneiro da. Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Henrique Pereira da Silva Neto. Dissertação de História UFPE, 2007 Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7465/1/arquivo3388_1.pdf. Acesso em 23 de junho de 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 da ditadura militar. In: Revista Brasileira de História, Nº 47 vol. 24, Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), p. 29-60.

FOUCAULT, Michel de. A ordem do discurso. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Bola de meia, bola de gude, 1995.

PASSARINHO. Jarbas. A ação armada era inevitável. Entrevista concedida ao Jornal do Commercio. Recife: Jornal do Commercio, 31 de março de 2004, Caderno Especial 31 de Março de 1964. Tanques nas ruas. É o golpe, p. 6.0

PINHEIRO; DUARTE, Canto das Três Raças, 1976.



SILVA, Marcília Gama da. Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPOS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA, Percival de. Autópsia do medo. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

VANDRÉ, Geraldo. Caminhando, 1968.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.